Despacho n.º 21 862/2006

1 — Nos termos dos artigos 35.º a 41.º e 137.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 45/2004, de 3 de Março, dos artigos 17.º, 21.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do despacho do conselho directivo do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P., de 4 de Outubro de 2006, subdelego na coordenadora do Gabinete Jurídico (GJ), licenciada Rosa Maria Gonçalves Palmeira, as competências para, no âmbito do respectivo Gabinete, e dentro dos limites do orçamento atribuído, exercer os seguintes poderes:

a) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços, até ao limite de € 1000, nos termos das alíneas b) dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, bem como autorizar a alteração do montante da despesa autorizada, nos termos do artigo 21.º do mesmo diploma;

b) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;

c) Autorizar a realização de despesas eventuais de representação dos serviços, até ao limite de € 300;

d) Autorizar deslocações em serviço que ocorram dentro do território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, excepto viatura própria, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e ainda a aprovação de eventuais acréscimos de custo derivados de deslocações previamente aprovadas;

e) Autorizar a inscrição e participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras ini-

ciativas semelhantes que decorram em território nacional quando não importem custos para o serviço, bem como a inscrição e participação em estágios;

f) Autorizar o exercício de funções a tempo parcial;

g) Justificar ou injustificar faltas;

h) Conceder licenças e autorizar o regresso à actividade, com excepção da licença sem vencimento por um ano por motivo de interesse público e da licença de longa duração;

i) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

j) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença;

k) Autorizar o pessoal a comparecer em juízo, quando requisitado nos termos da lei de processo.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da respectiva assinatura, ficando ratificados todos os actos que, no âmbito das competências ora subdelegadas, tenham sido praticados desde 1 de Outubro de 2006.

6 de Outubro de 2006. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Teresa Ponce de Leão*.

Região de Turismo da Planície Dourada**Aviso n.º 11 542/2006**

De acordo com os Decretos-Leis n.ºs 247/87, de 17 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 141/2002, de 24 de Abril, publica-se a reestruturação do quadro de pessoal da Região de Turismo da Planície Dourada:

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Lugares propostos	Lugares preenchidos	Observações
Técnico superior	Técnico superior	Assessor principal	3	3	
		Assessor Principal			
		De 1.ª classe			
		De 2.ª classe			
	Técnico superior de contabilidade.	Assessor principal	1	0	
		Assessor Principal			
		De 1.ª classe			
		De 2.ª classe			
Técnico (a)	Técnico de contabilidade e administração.	Especialista principal	1	1	
		Especialista Principal			
		De 1.ª classe			
		De 2.ª classe			
Técnico profissional	Técnico profissional de turismo.	Técnico profissional especialista principal	1	0	
		Técnico profissional especialista			
		Técnico profissional principal			
		Técnico profissional de 1.ª classe			
		Técnico profissional de 2.ª classe			
Administrativo	Assistente administrativo	Assistente administrativo especialista	2	2	
		Assistente administrativo principal			
		Assistente administrativo			
Auxiliar	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo	1	0	

(a) Extingue-se o lugar de técnico, na carreira de técnico de contabilidade, quando vagar.

12 de Outubro de 2006. — O Presidente, *Vitor Augusto Fernandez da Silva*.

**MINISTÉRIOS DA ECONOMIA
E DA INOVAÇÃO E DA SAÚDE****Aviso n.º 11 543/2006**

Por despacho de 22 de Agosto de 2006 e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro,

foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, sita no Campo dos Mártires da Pátria, 130, 1169-056 Lisboa, para o seu consumo próprio, de acordo com a lista em anexo, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes sujeitos a regime especial.

28 de Agosto de 2006. — A Subdirectora-Geral da Empresa, *Ana Vieira*. — A Vice-Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, *Luisa Carvalho*.